



# Dimensões profundas da crise brasileira

**VERA ALVES CEPÊDA**

Não podemos nos iludir: vivemos um grave momento da vida pública brasileira que, com certeza, exigirá um esforço coletivo e nacional de reposicionamento institucional, político e econômico. Irei me deter neste breve artigo sobre dois aspectos que julgo importantes para compreender a natureza da crise atual.

O primeiro é a constatação de que atravessamos um processo de amadurecimento das contradições sociais brasileiras, resultado de um ciclo longo de crescimento com exclusão social *versus* a inflexão do recente projeto político de desenvolvimento baseado na diminuição da desigualdade e injustiça. Trata-se, ao meu ver, da ascensão ainda incompleta de um conservadorismo que se apresenta orientado pela opção econômica do crescimento sem redistribuição, pela opção política do travamento das conquistas dos direitos de minorias (como o enfrentamento do racismo e da questão indígena, da desigualdade de gênero, das liberdades sexuais e do reconhecimento da legitimidade de organização e ação dos movimentos sociais), pelo retrocesso à defesa do uso de instrumentos repressivos e, por último, pela adesão a uma posição subalterna no contexto internacional (consciente ou não das consequências de médio e longo prazo). Este cenário contém, como elemento positivo, a emergência de uma disputa aberta sobre a concepção de desenvolvimento, opondo o campo da defesa do mercado, como a grande questão nacional, ou o aumento das condições do bem-estar social, como elemento chave de um projeto de nação. O ponto negativo é que este processo está ocorrendo de maneira sub-reptícia, com argumentos enviesados e oportunistas. Penso que politicamente estaríamos em um momento excepcional para avançar a discussão sobre a relação entre economia e política, sobre crescimento e bem-estar e, mais importante ainda, sobre qual a função do Estado em uma sociedade soberana e desenvolvida.

O segundo aspecto é sobre a situação de crise institucional, provocada por três elementos. O primeiro deles origina-se nos efeitos do processo de investigação sobre a corrupção no Brasil, que afetou um largo contingente de atores (políticos, partidos, empresários, lobbistas, entre outros) e criou um cenário de instabilidade e desconfiança. Obviamente que a averiguação e punição de culpados pelo inaceitável desvio dos recursos públicos

– incluindo a contaminação da racionalidade administrativa do Estado e a capacidade deliberativa de suas instâncias – deve continuar, mas o impacto sobre a estabilidade política é um dado real e ainda em movimento. Um outro aspecto, bastante grave, é o distanciamento que temos vivenciado entre a vontade social e a ação do Legislativo e do Executivo. Mesmo que algumas ainda estejam tramitando ou sendo finalizadas, não é impossível ignorar a surdez que se instalou entre um Legislativo e Executivo que aumentaram radicalmente suas competências sem qualquer mecanismo de consulta ou diálogo com a sociedade que representam. Por último, os efeitos da atuação da grande mídia brasileira, cujo grau de interferência na formação (ou deformação) da opinião pública potencializaram seu papel político livre de freios ou regulação da esfera pública.

O momento é grave e precisa de seriedade e compromisso. Reformas são necessárias e urgentes, mas somente serão produtivas se forem considerados e preservados os ganhos históricos que duramente alcançamos: o respeito à democracia e às instituições democráticas, a manutenção do diálogo e do controle social, o reconhecimento do gravíssimo ônus da desigualdade para qualquer política de desenvolvimento de longo prazo. Precisa entrar nesse debate, também, uma contabilização mais equânime dos custos sociais de um projeto de futuro, que ao meu ver não podem recair novamente sobre a população brasileira. Precisamos crescer, mas esse crescimento só será real se for para todos os brasileiros e não apenas para alguns, e essa é a mais profunda e estrutural feição da crise: a da cultura política brasileira, historicamente refratária à igualdade e à solidariedade social, e perversamente capaz de usar o Estado e seus instrumentos para produção da exclusão e da desigualdade. \_\_\_\_\_